



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Fernandes Tourinho

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Fernandes Tourinho	26
3.1	Caracterização Geral	26
3.2	Análise Temática	36
3.3	Diagnóstico de comunidades rurais próximas ao rio Doce	73
3.4	Clipping de Notícias	76
3.5	Textos acadêmicos	78
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	83
4.1	Turismo	83
4.2	Cultura	83
4.3	Esporte e Lazer	84
5	Avaliação de Impactos	88
5.1	Metodologia	88
5.2	Resultados	108
6	Créditos e Referências	120
	Entrevistados no município	120

Equipe Técnica.....	120
Referências	124

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 Mapa de localização município de Fernandes Tourinho	31
Figura 7 Mapa dos bens identificados em Fernandes Tourinho	40
Figura 8 Equipamento de hospedagem.....	46
Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	55
Figura 10 Festa da Cidade	61
Figura 11 Imagem de Nosso Senhor do Bom Jesus	63
Figura 12 Centro Cultural Recreativo	63
Figura 13 Centro de Educação Infantil Municipal "Dona Crioula"	64
Figura 14 Câmara Municipal de Fernandes Tourinho	64
Figura 15 Conjunto Paisagístico dos Canteiros Centrais da Avenida Sebastião Marcelino	65
Figura 16 Encerramento do Projeto Educar 2015	66
Figura 17 Mapa de localização da comunidade de Senhora da Penha.....	74

Figura 18 Comunidade Senhora da Penha	75
Figura 19 Nuvem de termos referente ao clipping de Fernandes Tourinho.....	78
Figura 20 Modelo de Gráfico de Radar	93
Figura 21 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	94
Figura 22 Classificação da Significância de Impactos	95
Figura 23 Localização da Comunidade de Senhora da Penha.....	114

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Fernandes Tourinho	35
Gráfico 2 Impacto sobre a imagem do município	109
Gráfico 3 Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água.....	110
Gráfico 4 Impactos sobre serviços e equipamentos de Alimentos e Bebidas.....	111
Gráfico 5 Impactos sobre Pesca Amadora	113
Gráfico 6 Impacto sobre a paisagem.....	115
Gráfico 7 Impacto sobre o cotidiano comunitário relativo ao lazer	116

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização - Fernandes Tourinho e de Minas Gerais (%)	27
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Fernandes Tourinho e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010).....	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes – Fernandes Tourinho e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	32

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) - Fernandes Tourinho e Minas Gerais (2010 – 2013)	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)	36
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística –Fernandes Tourinho	38
Tabela 8 Equipamentos de alimentos e bebidas	47
Tabela 9 Locais e templos de fé/edificações	51
Tabela 10 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer	71
Tabela 11 Clipping de notícias do município de Fernandes Tourinho	76
Tabela 12 Síntese de citações	80
Tabela 13 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	89
Tabela 14 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	91
Tabela 15 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	117
Tabela 16 Listagem de participantes de reunião institucional em Fernandes Tourinho	120
Tabela 17 Equipe técnica	120

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Fernandes Tourinho, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Fernandes Tourinho aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Fernandes Tourinho/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Fernandes Tourinho. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se, que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce; em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Fernandes Tourinho

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

A região na qual se localiza Fernandes Tourinho foi originalmente habitada por índios das tribos dos Botocudos e dos Puris. Por estar próxima ao rio Doce e possuir terras férteis, a localidade atraiu os responsáveis pela formação do arraial de Itapiru. Entre eles, encontrava-se Sebastião Fernandes Tourinho, bandeirante a quem o nome do município homenageia (FERNANDES TOURINHO, 2016).

Em 12 de dezembro de 1953, o arraial torna-se distrito de Itapiruna, pertencente a Tarumirim. Em 30 de dezembro de 1962, com a Lei 2.764, cria-se o município de Fernandes Tourinho (BARBOSA, 1995).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Fernandes Tourinho está situada corresponde a 152,51 Km², pertencendo à Mesorregião Rio Doce e à Microrregião de Governador Valadares (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 24° C.

Seus municípios limítrofes são: Alpercata, Engenheiro Caldas, Periquito, Sobrália e Governador Valadares. Fernandes Tourinho tem Senhora da Penha⁷ como distrito (BARBOSA, 1995).

⁷ O distrito de Senhora da Penha é comunidade ribeirinha ao rio Doce (PRÁXIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Fernandes Tourinho em 2016 era de 3.337 mil habitantes e sua densidade demográfica de 19,89 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Fernandes Tourinho foi de -2,69%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município registrou taxa de 1,69%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença pouco significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 67,3%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 63,53%, em 2010. Valor mais elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização - Fernandes Tourinho e de Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Fernandes Tourinho	População urbana	51,63	67,30	66,53
	População rural	48,37	32,70	33,47
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Fernandes Tourinho era composta por 51,12% de homens e 48,88% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano

foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Fernandes Tourinho, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 46,66%, em 1991, para 27,25%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (2,79%, em 1991, para 10,78%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, 4,82% da população de Fernandes Tourinho possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Fernandes Tourinho possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁸, observa-se que em Fernandes Tourinho, no ano 2000, a razão de dependência foi de 67,08%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 53,03%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 11,82% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

⁸ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Fernandes Tourinho e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

		1991	2000	2010
Fernandes Tourinho	Razão de dependência	71,57%	67,08%	53,03%
	Taxa de envelhecimento	6,16%	9,68%	11,82%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, haver diferenças significativas entre os valores atribuídos a Fernandes Tourinho e o estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso à Fernandes Tourinho se dá pela via terrestre.

O município é atendido pela BR-116, situando-se a 300 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Caratinga (80 Km) e Governador Valadares (80 Km). Já o distrito de Senhora da Pena é ligado à sede por estradas vicinais, bem como o são as localidades rurais adjacentes. O transporte intermunicipal é realizado principalmente pela empresa Viação Rio Doce (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

Já o acesso ao meio ferroviário se dá por meio de estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que, por sua vez, localiza-se em Governador Valadares. Quanto ao transporte aéreo, o Aeroporto Coronel Altino Machado de Oliveira, também em Governador Valadares, constitui-se na opção mais próxima (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Fernandes Tourinho conta com as empresas Vivo e Oi como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis.

A figura a seguir aponta a localização e as principais vias de acesso ao município de Fernandes Tourinho.

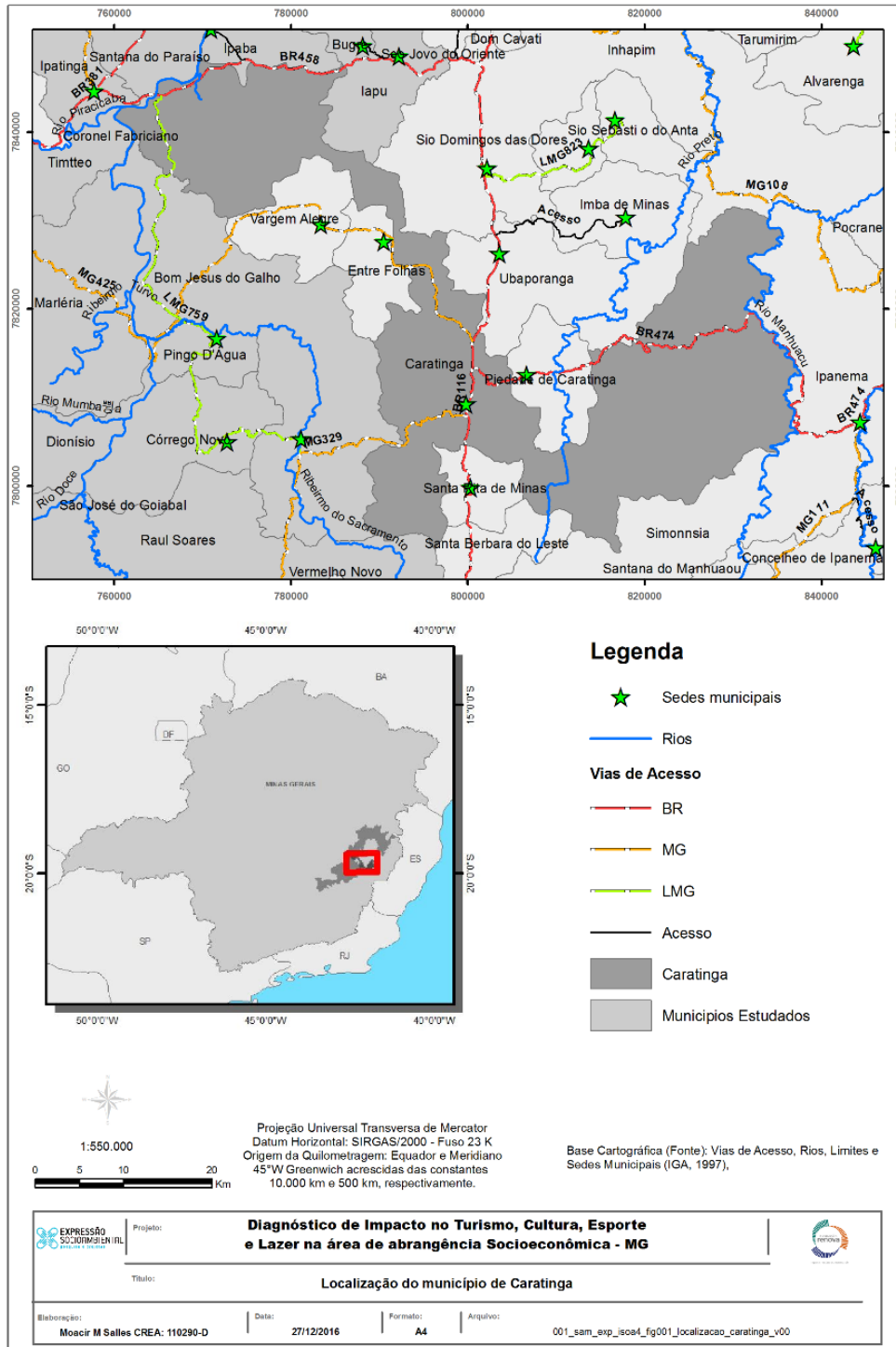


Figura 6 Mapa de localização município de Fernandes Tourinho

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Fernandes Tourinho, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,307 do IDHM total, 0,171 do IDHM longevidade, 0,189 no IDHM renda e 0,404 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes – Fernandes Tourinho e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Fernandes Tourinho	0,339	0,507	0,646	0,636	0,720	0,807	0,419	0,512	0,608	0,146	0,354	0,550
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Fernandes Tourinho foi de 0,646 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,146 para 0,550. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,807 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se próximo ao patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Fernandes Tourinho manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Fernandes Tourinho, é possível identificar que o PIB do município apresentou comportamento ascendente no período de 2011 a 2013, passando de 4,5%, entre 2010 e 2011, para 7,7%, entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013, verificou-se crescimento de 10,7% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 7,63% no período 2011-2013, sendo esta superior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Fernandes Tourinho cresceu mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) - Fernandes Tourinho e Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Fernandes Tourinho	26.600	4,5	28.644	7,7	31.695	10,7
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB per capita, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$8.393,00, em 2010, e R\$9.806,55, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135), embora não de modo significativo (PRÁXIS, 2016).

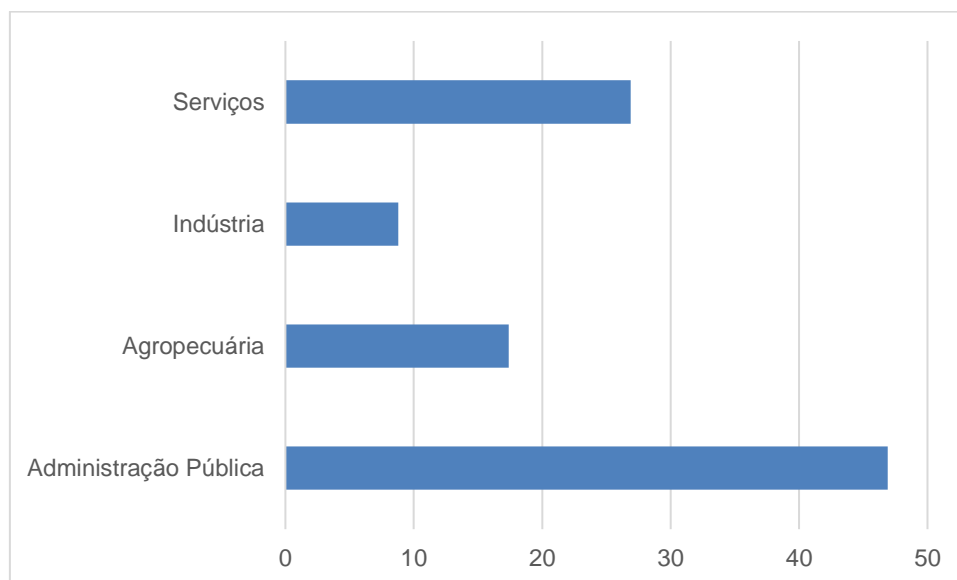
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Fernandes Tourinho encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 46,9% e 26,9%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Fernandes Tourinho



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 8,8% e 17,4%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Observa-se, portanto, diferença significativa, tanto naquilo que se refere ao setor industrial, quanto ao agropecuário (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Fernandes Tourinho possuía 442 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 777 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Fernandes Tourinho	442	777
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 66 empregos em 29 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 210 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Fernandes Tourinho conta com Lei Orgânica (Lei nº 03/1990).

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Fernandes Tourinho. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Fernandes Tourinho para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Fernandes Tourinho, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar em Fernandes Tourinho 35 bens e serviços, como verificado na tabela a seguir.

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística –Fernandes Tourinho

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	18
Equipamento de hospedagem	1
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	8
Transporte	0
Locais/templos de manifestação de fé	7
Serviços e equipamentos para eventos	2
Outro serviço e equipamento turístico	0
Equipamentos Culturais	3
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	2
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
Atrativos	0
Atrativo natural	0
Atrativo cultural	0
Diversidade Cultural	7
Grupos Culturais	2
Calendário Cultural	5
Gastronomia	0
Total	35

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.



Figura 7 Mapa dos bens identificados em Fernandes Tourinho

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais do setor de turismo dispõem que os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu sistema de turismo, contando com um órgão específico para o setor, além de Conselho, Fundo e Plano. As localidades devem, ainda, participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, sendo este último prerrogativa específica do estado de Minas Gerais.

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município¹⁰”. Este indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Fernandes Tourinho ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época, apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas.

O município não conta com órgão ou setor específico responsável pela gestão da política de turismo. Também não possui um Plano Municipal de Turismo, que é a principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da atividade turística municipal.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR, que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. Assim, PMDTS, PMT ou Plano Diretor de Turismo (PDT) são denominações para instrumentos similares de planejamento, somente se diferenciando por sua nomenclatura. De modo geral, possuem um horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, que é reelaborado a partir de mudanças no cenário do município, a fim de garantir as estratégias de atuação para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;

10 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

- Promover o município como destino qualificado.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município não possui Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, que é o principal mecanismo de participação e controle social na gestão da política setorial. Todavia, a Lei Complementar Municipal nº 01/2011, que estabelece tratamento diferenciado à microempresas e empresas de pequeno porte, menciona a existência do COMTUR em seu Art. 43, §3º. Este mesmo artigo menciona, ainda, a Secretaria Municipal de Turismo. Todavia, as informações levantadas em campo não corroboram tais assertivas.

Segundo a SETUR/MG (2014), o Conselho de Turismo é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”. O Conselho é, portanto, o principal mecanismo de participação e controle social nas decisões sobre os rumos da política de turismo no município, inclusive na elaboração do PMT.

Ademais, verifica-se que o município não estabeleceu a sistemática de realização de Conferências ou Fóruns de Turismo como procedimento e instrumento de diálogo com a sociedade civil acerca dessa política setorial, também não dispendo de sistema de informações e indicadores de turismo para planejar, monitorar e avaliar a gestão dessa política.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Fundação João Pinheiro – FJP, em 2013, mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo¹¹”. Desse modo,

11 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos

verificou-se que “Os gastos orçamentários de Fernandes Tourinho na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009” (FJP, 2013).

Fernandes Tourinho não possui Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e tampouco dotação orçamentária específica para o desenvolvimento desta política. O município também não possui legislação de incentivo ao turismo, o que poderia auxiliar no desenvolvimento da atividade no nível local.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Fernandes Tourinho não participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, não integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal instrumento de gestão estadual.

O município também não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses mensais de recursos financeiros condicionados à formação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

O município de Fernandes Tourinho não possuía um Inventário de Oferta Turística preliminar, tendo sido necessário coletar informações de base para o início de um inventário turístico.

e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são caracterizados nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Tomando por base essa definição, foi inventariada a pousada Blue Star, que possui 10 unidades habitacionais, somando um total de 17 leitos.

- Pousada Blue Star

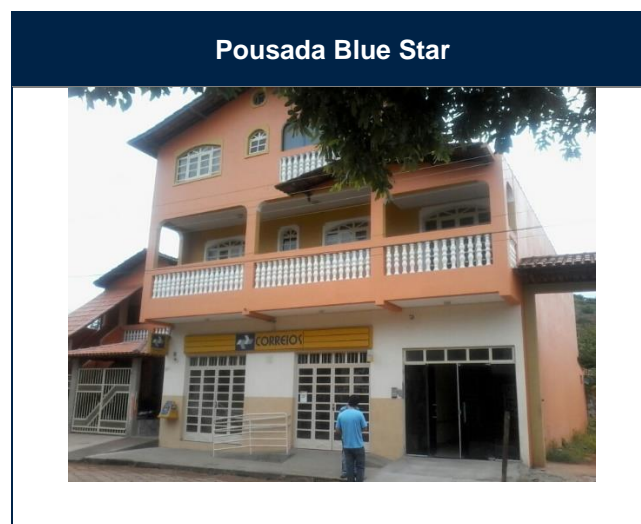


Figura 8 Equipamento de hospedagem

Fonte: Expressão Socioambiental. 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram identificados oito estabelecimentos de alimentos e bebidas em Fernandes Tourinho. Os estabelecimentos inventariados são os que se seguem:

- Padaria e Confeitaria Oliveira;

- Caldos e Cia;
- Sorveteria e Lanchonete Verão Vivo;
- Bar e Lanchonete Estrela;
- Restaurante, Lanchonete e Pizzaria Sonho Meu;
- Restaurante Santa Gula;
- Sorveteria Tropical;
- Lanchonete e Pizzaria Água na Boca.

Tabela 8 Equipamentos de alimentos e bebidas





Sorveteria e Lanchonete Verão Vivo



Bar e Lanchonete Estrela



Restaurante, Lanchonete e Pizzaria Sonho Meu



Restaurante Santa Gula





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

Não foram identificados serviços e empresas de transporte turístico.

3.2.1.2.4 Agências de Turismo

Não foram identificadas empresas prestadoras de serviço de agenciamento turístico.

3.2.1.2.5 Espaço para Eventos

Os levantamentos em campo possibilitaram identificar e inventariar os seguintes equipamentos para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras e shows:

- Praça de Eventos Antônio Fernandes;
- Centro Cultural Recreativo.

Tabela 9 Espaço para Eventos



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Ressalta-se que o palco da Praça de Eventos Antônio Fernandes foi inventariado e tombado pelo município.

3.2.1.2.6 Locais e Templos de Fé/Edificações

O levantamento de dados em campo possibilitou inventariar sete locais e templos de fé. Cabe ressaltar que esses locais e templos de fé são identificados no âmbito do Inventário Turístico, uma vez que podem ser considerados atrativos turísticos. Assim, ao serem organizados e definidos a partir de elementos culturais materiais e imateriais, passam a atrair fluxos turísticos. Todavia, do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são importantes lugares de práticas culturais, revelando a diversidade religiosa do município de Fernandes Tourinho. Ademais, abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imagens, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.



A seguir, apresentam-se os templos de fé inventariados:

- Igreja Pentecostal Deus é Amor;
- Casa de Oração, inventariada pelo município;
- Igreja Evangélica Assembleia de Deus;
- Igreja Presbiteriana do Brasil;
- Paróquia do Nosso Senhor Bom Jesus, tombada pelo Decreto Municipal nº 010/2003;
- Igreja Evangélica Bethel;
- Igreja Missionária da Fé.

Tabela 10 Locais e templos de fé/edificações





Assembleia de Deus



Igreja Presbiteriana do Brasil



Paróquia do Bom Jesus



Igreja Evangélica Bethel





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.7 Atrativos Naturais

No levantamento de dados realizado em Fernandes Tourinho não foram identificados atrativos naturais passíveis de serem utilizados para fins turísticos.

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas.

O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura a seguir traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Fernandes Tourinho, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão, legislação e fontes de financiamento, mecanismos de controle e participação social, espaços e equipamentos, diversidade cultural, calendário de eventos e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política cultural em Fernandes Tourinho é uma atribuição da Divisão de Esportes, Lazer e Cultura, subordinada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura. A política de cultura local é, portanto, atribuída a um órgão que acumula funções relativas a outras políticas públicas.

Informa-se que o município não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, iniciativa fundamental para a estruturação em rede dos organismos de gestão da cultura local, estabelecendo suas respectivas funções. A configuração e o funcionamento plenos do Sistema dependem da instituição de todos os órgãos previstos em lei, que deve conter, no mínimo, conforme preconizado pelo Ministério da Cultura: órgão executivo, instância de controle social, fundo, conferência e plano municipal de cultura.

Fernandes Tourinho não possui Plano Municipal de Cultura – PMC, instrumento fundamental para a gestão dessa política setorial, uma vez que contém as diretrizes, objetivos, metas, ações e respectivos indicadores de monitoramento e avaliação da sua efetividade.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

Fernandes Tourinho dispõe de instância de participação e controle social no campo da cultura, a saber: o Conselho Municipal de Patrimônio, instituído pela Lei nº 850/2010. O Conselho é composto de 5 membros titulares e respectivos suplentes, representantes de instituições públicas e da sociedade civil, nomeados pelo prefeito a partir de indicações de instituições partícipes. O Conselho é de caráter deliberativo e consultivo e encontra-se em atividade.

Informa-se, ainda, que o município não realiza Conferência Municipal de Cultura, embora tenha enviado representantes para Conferências Estaduais.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Conforme relata a gestora pública entrevistada, a política cultural local é fomentada por meio da combinação de quatro fontes de recursos: recursos próprios; recursos obtidos em parceria com o governo estadual; apoio não financeiro; e doações.

Ainda segundo a referida gestora, o município tem, entre as diretrizes prioritárias para o desenvolvimento da política cultural local, a construção de um teatro e a estruturação da biblioteca pública municipal.

Os dados relativos ao Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS¹², elaborado pela Fundação João Pinheiro, demonstram que o esforço orçamentário da Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho em difusão cultural e preservação do patrimônio cultural se elevou expressivamente em relação ao total das despesas. Este passou de 0,1%, em 2006, para 3,2%, em 2013. A título de comparação, informa-se que, em 2013, o maior valor desse indicador registrado entre os municípios de Minas Gerais foi de 13%. Salienta-se que esse esforço orçamentário reflete o grau de prioridade conferido ao setor de cultura no conjunto das políticas públicas implementadas em âmbito local (IMRS).

De acordo com pesquisa realizada no portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹³ - Quadro Comparativo da Despesa Fixada com a Executada -, no exercício 2015 foi fixado pelo município na Função Cultura, após atualização, R\$ 404.200,00, e efetivamente liquidados R\$ 336.024,27, sendo R\$ 7.000,00 para Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e R\$ 329.024,00 para Difusão Cultural. Vale destacar que quase todo o valor gasto em Difusão Cultural foi destinado à ação 2067: Festas cívicas, tradicionais, populares. A outra parte do valor, de R\$ 18.200,00, foi destinada ao pagamento de consultoria na área do patrimônio cultural. Esta situação, comumente encontrada nos municípios do interior, é desfavorável do ponto de vista da política cultural, considerando que se restringe à realização de grandes eventos de massa, ainda que a Festa da Cidade seja um bem cultural registrado. Ademais, subtrai a possibilidade de realização de atividades relacionadas a outras prioridades da Política Nacional de Cultura, entre as quais a valorização de outras manifestações das culturas locais e populares, o incentivo à diversidade cultural, a

12 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer”.

13 Sítio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

manutenção e apoio a grupos e artistas locais, a formação artística e cultural, a instalação ou melhoria dos equipamentos culturais, entre várias outras.

Vale salientar que todo o valor da Função Cultura encontra-se dentro da Unidade Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, que representou 3,3% do valor total das despesas fixadas pela prefeitura de Fernandes Tourinho em 2015.

Acrescenta-se que o município possui Fundo Municipal do Patrimônio Cultural – FUMPAC, instituído em 2010, por meio da Lei nº 829, para o qual prevê-se o aporte de recursos oriundos do orçamento municipal e do ICMS Patrimônio Cultural. Segundo a gestora entrevistada, o referido Fundo encontra-se regulamentado e ativo, sendo gerido pelo prefeito do município.

Os esforços empreendidos em política pública de proteção do patrimônio representaram aumento significativo dos valores repassados ao município através do programa ICMS Patrimônio Cultural nos últimos anos¹⁴: R\$ 234.844,48, em 2016 (não inclui o repasse de dezembro); R\$ 226.528,35, em 2015; e R\$ 367.699,31, em 2014 (FJP, 2016).

Por fim, informa-se que o município não dispõe de lei específica de incentivo à cultura.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

14 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

Como o município de Fernandes Tourinho não foi previamente objeto do Inventário de Oferta Turística - INVTUR, foi necessário coletar dados e informações de base para o início de um inventário cultural.

Os espaços e equipamentos culturais identificados na pesquisa de campo, realizada pela Expressão Socioambiental, em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

O município não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas, tais como teatro, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções locais e externas. As manifestações culturais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem em praças e demais logradouros públicos.

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

A Biblioteca Pública Municipal Castro Alves não dispõe de espaço próprio e, desse modo, utilizando atualmente parte da área da Escola Municipal Alba Fernandes Gouveia, sendo, porém, aberta ao público em geral.

Para além da Biblioteca Pública Municipal Castro Alves, o município não dispõe de espaços suficientes e apropriados para consulta e fruição da memória social e da história do lugar, que promovam a preservação e a valorização do patrimônio local, tais como arquivo público, museu ou centro de memória.

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

Fernandes Tourinho apresenta como principais manifestações culturais os ofícios tradicionais, notadamente as barbearias, as festas, o artesanato em bordado, a pintura, o canto e traços da cultura rural. A cavalgada realizada, por vezes, durante a Festa da Cidade é uma manifestação cultural que ressalta a cultura do homem do campo tourinhense.

Na avaliação da gestora pública entrevistada, a falta de interesse de forma generalizada sobre o tema da cultura é a principal dificuldade para o desenvolvimento dessa política no município.

3.2.2.4 Calendário Cultural

O calendário cultural do município se compõe dos seguintes eventos ao longo do ano:

- Março: aniversário da cidade;
- Maio: celebrações católicas do mês de Maria;
- Maio: Festa do Trabalhador;
- Junho: festas juninas escolares;
- Setembro: Jubileu do Nosso Senhor Bom Jesus;
- Setembro: Festa da Cidade¹⁵;
- Outubro: Dia do Servidor Público.

¹⁵ Recebeu R\$73 mil do Fundo. PMFT, 2016.



Figura 10 Festa da Cidade

Fonte: <http://fernandestourinhomg.blogspot.com.br/>

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

A gestora pública entrevistada avalia a cultura como um setor muito importante para o desenvolvimento do município e, além disso, que o apoio institucional da prefeitura, principalmente nos levantamentos, registros e tombamentos dos bens culturais, é fundamental para a garantia da preservação da história e da memória da população local.

Note-se que Fernandes Tourinho dispõe de lei de proteção ao patrimônio cultural material e imaterial - Lei nº 850/2010 -, que concede incentivos à preservação do patrimônio cultural, e de lei que concede isenção de IPTU aos imóveis tombados - Lei nº 1.010/2015. Há também decretos de tombamento e registro de bens culturais, a saber: Decreto nº 034/2015, que regulamenta o Artigo 5º da Lei nº 1010/2015; Decreto nº 033/2010, que estabelece o Registro da Festa da Cidade; Decreto nº 010/2003, que estabelece o tombamento da Paróquia do Nosso Senhor Bom Jesus, em conformidade com a Lei nº 685/2002; Decreto nº 08/2007, que estabelece o tombamento da Imagem do Nosso Senhor do Bom Jesus; e Decreto nº 023/2006, que dispõe sobre o tombamento do conjunto paisagístico das praças Rodolfo Custódio Ferreira, Antônio Fernandes Oliveira, Tião Alves, dos canteiros da Avenida

Sebastião Marcelino, do Centro de Educação Infantil “Dona Crioula”, do Centro Cultural Recreativo e da Câmara Municipal.

A Lei Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural nº 850/2010, de grande amplitude, “Estabelece normas de proteção do patrimônio cultural”, definindo-o como bens de natureza material e imaterial, “[...] entre os quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, tecnológicas e artísticas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico; VI - os lugares onde se concentram e se reproduzem as práticas culturais coletivas”.

Essa mesma norma estabelece os institutos e demais instrumentos de proteção do patrimônio: inventário, tombamento, registro, vigilância, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação. Cria, ainda, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Desse modo, verificam-se os seguintes bens tombados por legislação municipal:

- Igreja Nosso Senhor Bom Jesus;
- Imagem do Nosso Senhor do Bom Jesus, Decreto de Tombamento nº 08/2007;
- Centro Cultural Recreativo, Decreto de Tombamento nº 023/2006¹⁶;
- Centro de Educação Infantil Municipal "Dona Crioula";
- Palco da Praça de Eventos Antônio Fernandes;
- Câmara Municipal;
- Conjunto Paisagístico da Praça Rodolfo Custódio;
- Conjunto Paisagístico da Praça Tião Alves;
- Conjunto Paisagístico dos canteiros centrais da Avenida Sebastião Marcelino.

¹⁶ Recebeu R\$40.000,00 do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural em 2016 para manutenção, reparos estruturais e adequação de equipamentos. PMFT, 2016.

Imagem de Nosso Senhor do Bom Jesus

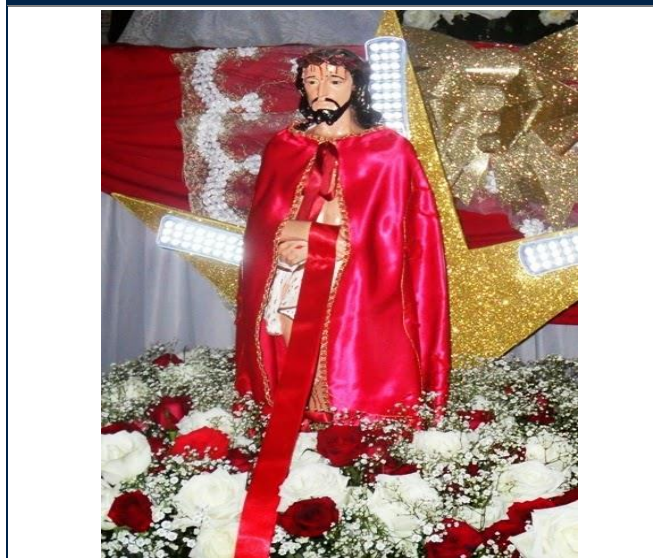


Figura 11 Imagem de Nosso Senhor do Bom Jesus

Fonte: <http://fernandestourinhonews.blogspot.com.br>

Centro Cultural Recreativo



Figura 12 Centro Cultural Recreativo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Centro de Educação Infantil Municipal "Dona Crioula"



Figura 13 Centro de Educação Infantil Municipal "Dona Crioula"

Fonte: <http://ftourinho.blogspot.com.br>

Câmara Municipal de Fernandes Tourinho.



Figura 14 Câmara Municipal de Fernandes Tourinho

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 15 Conjunto Paisagístico dos Canteiros Centrais da Avenida Sebastião Marcelino

Fonte: <http://fernandestourinhonews.blogspot.com.br>

A Festa da Cidade constitui um bem cultural registrado e apresenta Plano de Salvaguarda. A comemoração é realizada durante três dias no mês de setembro “em que os participantes tourinhenses têm a grande oportunidade de contatar suas raízes culturais e sentir orgulho do meio social em que vivem [...]”¹⁷ (ICMS, 2016).

O município de Fernandes Tourinho apresenta participação ativa na política estadual do ICMS Patrimônio Cultural implementada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Nos três últimos exercícios, sua pontuação foi: 14,20 em 2013; 11,19 em 2015; e 14,58 em 2017. A título de comparação, a pontuação média dos municípios mineiros é de 7,83.

¹⁷ ICMS Patrimônio Cultural. Documentação de Fernandes Tourinho, exercício 2017.

3.2.2.5.1 Educação patrimonial

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade, conscientizando os alunos quanto à cidadania, a identidade cultural e a memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural.

Em 2015, o bem cultural escolhido em Fernandes Tourinho como objeto do Projeto de Educação Patrimonial foi a Igreja Nosso Senhor do Bom Jesus, construída na década de 1950. Na referida Igreja são realizados vários eventos.

O município também participa da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural. Em 2015 participou com a atividade Visita Guiada à Praça Rodolfo Custódio, tombada em nível municipal em 2006.



Figura 16 Encerramento do Projeto Educar 2015

Fonte: http://www.fernandestourinho.mg.gov.br/Galerias_de_imagens

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a

concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer no município de Fernandes Tourinho é prerrogativa da Divisão de Esportes, Lazer e Cultura, subordinada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura.

Embora a Política Nacional do Esporte assinala que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho não elaborou e instituiu o Plano Municipal de Esporte e Lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se a existência de um Conselho Municipal de Esporte, criado pela Lei nº 763 de 23 de agosto de 2007. Segundo o representante municipal entrevistado, o Conselho é deliberativo e a sua representação é paritária, contando com seis titulares. Todavia, o órgão encontra-se inativo.

Os levantamentos de dados em campo possibilitaram verificar, ainda, que o município não possui sistema de informações e indicadores para planejar, monitorar e avaliar a gestão da política de esporte e lazer.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Segundo o gestor entrevistado durante a pesquisa de campo, o município não possui Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer ou legislação de incentivo a esses setores.

Em contrapartida, há dotação orçamentária específica destinada aos programas de esporte e lazer, correspondendo a 4% do orçamento total da prefeitura. O entrevistado informou que a prefeitura utiliza recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas deste setor.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”¹⁸ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer”, em 2013, apontou que os gastos orçamentários de Fernandes Tourinho nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram, conforme indicado às prestações de contas anuais, 0,4% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 0%, apresentando um aumento de 0,4% no orçamento 2009 a 2013 (FJP, 2013).

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O levantamento de dados e informações em campo possibilitou informar que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são os torneios municipais de futebol e de futsal. Porém, conforme dados levantados junto à Secretaria de Estado de Esportes, o município de Fernandes Tourinho não tem participação em nenhum programa desenvolvido pelo governo de Minas Gerais.

¹⁸ O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

De acordo com os dados relativos ao indicador Participação em Programas Governamentais de Esporte¹⁹, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social –IMRS Esporte e Lazer, Fernandes Tourinho está entre os 474 municípios de Minas Gerais que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento desses setores (FJP, 2013).

O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar: a realização de programas/projetos esportivos; a organização da política esportiva dos municípios; e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte (MINAS GERAIS, 2016). Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base (ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo) (MINAS GERAIS, 2016).

Dessa forma, no Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes (Artigo 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009), ano base 2015, observa-se que o município de Fernandes Tourinho não obteve pontuação no período avaliado, visto que seu Conselho encontra-se cadastrado, porém inativo (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui sete espaços ou infraestruturas de lazer e entretenimento que se constituem em ponto de encontro da comunidade, local de realização de caminhadas, exercícios físicos, área de lazer ao ar livre, eventos e atividades esportivas e religiosas. São eles:

¹⁹ O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).



- Praça Tião Alves;
- Rua de Lazer Augusto Veríssimo;
- Praça Rodolfo Custódio;
- Praça João XXIII;
- Estádio municipal Giuliano Piazza;
- Quadra poliesportiva na escola municipal "Alda Fernandes Gouveia";
- Campo e quadra do distrito de Nossa Senhora da Penha.

Tabela 11 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

Praça Tião Alves	Rua de Lazer Augusto Verissimo
	

Praça Rodolfo Custódio



Praça João XXIII



Estádio Municipal Giuliano



Estádio Municipal Giuliano



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Praça Tião Alves é uma área de lazer ao ar livre com canteiros arborizados e bancos. É dotada de sanitários, vestiários e cantina. O espaço é conhecido como “Jardim do Expedito”, nome de antigo morador cujo comércio ali se localiza.

A Rua de Lazer Augusto Veríssimo consiste em amplo espaço de convívio que se consolidou como ponto de encontro, passeio e caminhadas no centro da cidade. É equipada com

canteiros altos, gramados e arborizados (palmeiras), além de bancos e mesas adaptadas para jogos de tabuleiro (xadrez e dama). No centro há, também, uma fonte desativada e um relógio de sol.

Já a Praça Rodolfo Custódio possui amplo espaço de canteiros gramados para atividades ao ar livre, encontros e realização de eventos e esportes. É dotada de fonte moderna, lixeiras, bancos, mesas, vestiários, sanitários e uma quadra coberta, em reforma à época do inventário.

Por último, a Praça João XXIII consiste em uma área estruturada com jardins e bancos para repouso, encontros, passeios ao ar livre e atividades religiosas.

Tal como apresentado no diagnóstico do município produzido pelos especialistas do setor turismo, durante o trabalho de campo realizado em Fernandes Tourinho não foi possível identificar e inventariar atrativos que possuam elementos naturais e que possam ser utilizados para fins esportivos e/ou de lazer.

3.3 Diagnóstico de comunidades rurais próximas ao rio Doce

O levantamento de campo identificou uma comunidade rural próxima ao rio Doce no município de Fernandes Tourinho, a comunidade de Senhora da Penha, representada pela figura a seguir.

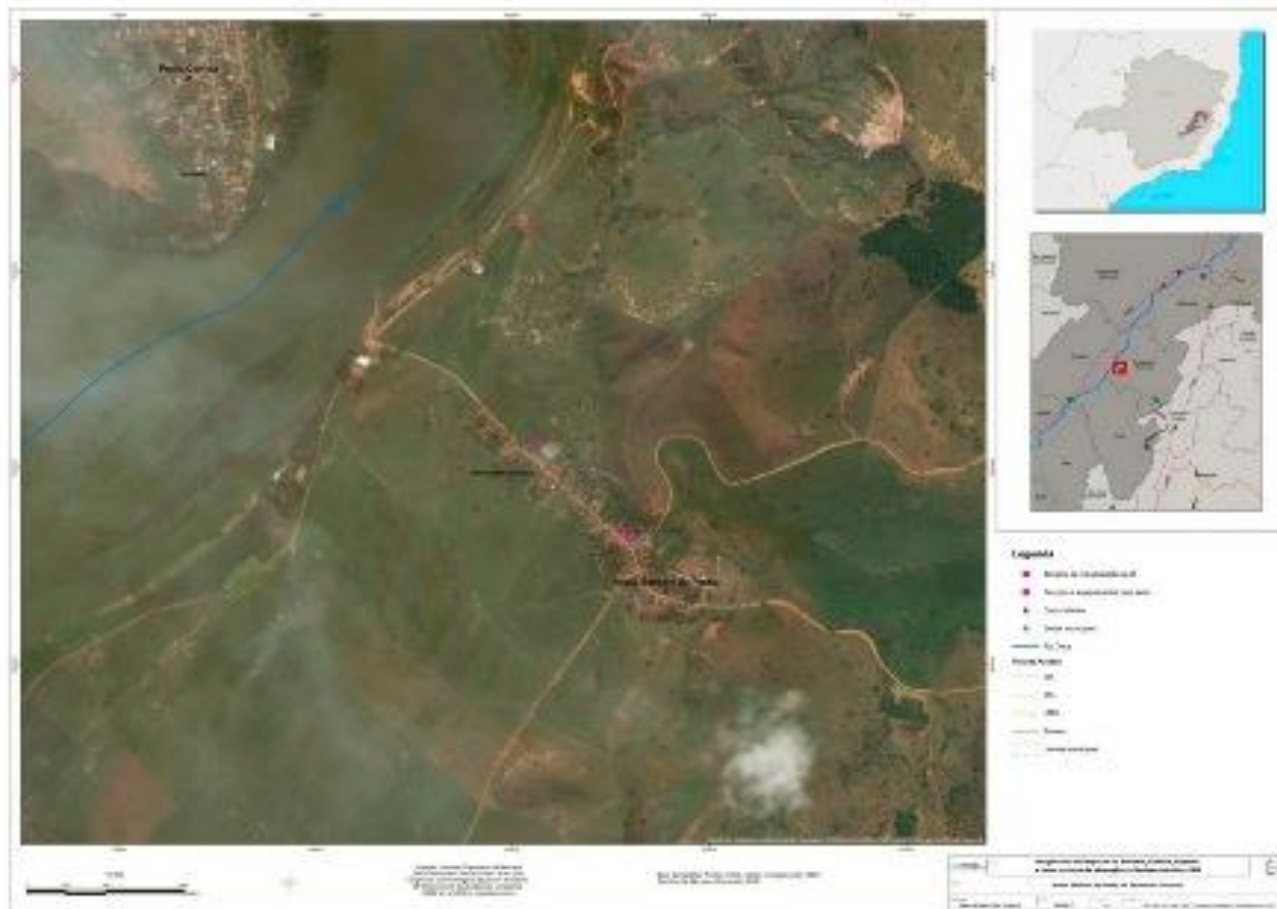


Figura 17 Mapa de localização da comunidade de Senhora da Penha

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

3.3.1.1 Senhora da Penha

A comunidade Senhora da Penha, distrito do município de Fernandes Tourinho, foi elevada à categoria de distrito, pela Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, quando recebeu o nome de Senhora da Penha (BARBOSA,1995).

Em 2010 a população era de 547 e a densidade demográfica de 8.12 habitantes por km². Sua área total é de 63,3 km e dista 50 km da sede do município, Fernandes Tourinho (IBGE, CENSO 2010.)

A comunidade de Nossa Senhora da Penha está a 1,5 km do rio Doce e o utiliza para atividades de lazer, tais como banhos de rio, realização de churrascos, além da pesca amadora. Em entrevista realizada na comunidade, verificou-se que além das atividades de lazer diretamente ligadas ao rio, outras atividades esportivas e de lazer são realizadas na quadra e campo de futebol aí existentes.

A pesca amadora se constitui em uma importante atividade de lazer para a população local e de subsistência para algumas famílias residentes em Senhora da Penha. Além da população local pessoas da região visitam a região para a prática da pesca esportiva.



Fonte: Expressão Socioambiental,2016

Figura 18 Comunidade Senhora da Penha

3.4 Clipping de Notícias

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão nos níveis regional, nacional e internacional. Além das causas do evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

Diante disso, a presente seção objetiva analisar o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de Fernandes Tourinho. Para tanto, foi realizado um clipping de notícias e um recorte amostral de artigos científicos.

O clipping de notícias foi realizado no principal sítio de busca da internet, o google²⁰, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância²¹. As taxonomias utilizadas foram: I) Fernandes Tourinho E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Fernandes Tourinho E barragem de Fundão. Para Fernandes Tourinho a utilização das taxonomias gerou dois resultados. O quadro abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

Tabela 12 Clipping de notícias do município de Fernandes Tourinho

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco	09/11/2016	Liga Operária	goo.gl/aE16fm	Nacional	Negativo
Financiamento do BDMG para o Rio Doce é adiado	25/02/16	Brasil 247	goo.gl/9MxkCf	Regional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

²⁰ goo.gl/46bXSx

²¹ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 11/01/2016.

A notícia associada ao município, de 09/11/2016²², foi publicada no sítio Liga Operária²³ com o título “Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco”. A matéria afirma não ter havido punição para as empresas Vale, BHP e Samarco, consideradas responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão, que teria sido um “crime premeditado”.

Entre as consequências descritas se encontram a presença de rejeitos tóxicos nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Os distritos Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira são apontados como alguns daqueles acometidos pelo “soterramento”. Já uma série de outras localidades é listada, a fim de demonstrar que, cerca de um ano após o ocorrido, os impactos não foram mitigados. Entre essas localidades se encontra Fernandes Tourinho.

Outra matéria que também cita Fernandes Tourinho em uma listagem junto a outros municípios afetados pelo rompimento da barragem é “Financiamento do BDMG para o Rio Doce é adiado”. Tal notícia informa que empresas localizadas nos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão terão novo prazo do BDMG para solicitar financiamento “como forma de beneficiar um número maior de empresas”. A menção que a matéria faz ao município de Fernandes Tourinho é junto aos outros municípios que terão acesso a essa verba concedida pelo BDMG.

Estas são, porém, as únicas menções ao município, não sendo, portanto, identificadas informações específicas ou aprofundadas. Ademais, os sítios no qual a matéria foi publicada consubstancia o seu teor crítico, uma vez que se tratam de plataformas com baixa expressividade na mídia.

A imagem abaixo se refere à nuvem de termos²⁴ resultante do texto das notícias descritas e analisadas.

22 goo.gl/aE16fm

23 goo.gl/oFV2IU

24 Ferramenta disponível no sítio goo.gl/IGroPL.



Figura 19 Nuvem de termos referente ao clipping de Fernandes Tourinho

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Nela, pode-se observar que alguns dos termos mais presentes são “Vale”, “Samarco”, “BHP”, “rio”, “mineradoras”. De modo dominante, portanto, tratam-se de termos negativos. Outros como “crime”, “revolta” e “morte”, menos frequentes, endossam o tom crítico das matérias.

3.5 Textos acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Fernandes Tourinho é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²⁵, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao Evento, em 2015.

25 goo.gl/hBGDKp



A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²⁶ e a Onda Política²⁷ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs²⁸ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia²⁹, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

26 goo.gl/BcEHVc

27 goo.gl/x1VYhC

28 Organização Não Governamental

29 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

Tabela 13 Síntese de citações

Município de Fernandes Tourinho		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/IKmCLO	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/RK9jkl	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

Na tabela acima, é possível observar que o município de Fernandes Tourinho foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS³⁰ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³¹, de dezembro de 2015, as

30 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

31 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

informações sobre o evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil³².

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³³. No documento, observa-se que a menção a Fernandes Tourinho se limita a uma listagem³⁴. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do evento.

32 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

33 goo.gl/Ry1Shs Copy short URL

34 Página 55.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); o Plano Municipal de Turismo (PMT); o Fomento da atividade turística (FUMTUR); e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo municipal. Diante disso, verifica-se que o Sistema de Turismo de Fernandes Tourinho não está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais do setor. Tal constatação pode ser contrastada com as informações oriundas do gestor público entrevistado, que afirmou que o turismo é importante para o município, podendo ser fomentado frente à frequente passagem de pessoas pelo município.

As principais potencialidades identificadas em Fernandes Tourinho para o município são o Turismo Rural, o Turismo Histórico, além do próprio rio Doce. Já as principais dificuldades são a falta de incentivo financeiro, a ausência de órgão específico, de conselho, fundo e plano. A inexistência da relação do poder público com a iniciativa privada do turismo, a pouca oferta de infraestrutura de equipamentos e receptivos no município (hotéis, restaurantes, bancos, etc.) para uma potencial demanda de visitantes, a falta de apoio governamental para desenvolvimento de projetos e ações e a falta de apoio na formação de um conselho no setor também são destacadas como fragilidades.

Logo, diagnostica-se que o turismo é incipiente em Fernandes Tourinho, faltando estruturas básicas organizacionais, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, a serem desenvolvidas para o fomento da atividade.

4.2 Cultura

Fernandes Tourinho apresenta pequena diversidade cultural, expressa nas principais manifestações culturais, passíveis de serem potencializadas: os ofícios tradicionais - notadamente as barbearias -, as festas, o artesanato em bordado, a pintura, o canto e traços da cultura rural.

Todavia, para a valorização e fomento à referida diversidade cultural faz-se necessária uma política sistemática de cultura, da qual o município carece. O diagnóstico evidenciou o foco na política de preservação do patrimônio cultural, em detrimento de dimensões que encerram a cultura, tais como a produção cultural das diversas áreas artísticas, a formação artística, etc. Entretanto, do ponto de vista dos gastos com cultura, o percentual gasto em patrimônio no ano de 2015 foi expressivamente inferior ao gasto com eventos municipais.

Fernandes Tourinho possui frágil estrutura para a gestão da política cultural, a qual se expressa, entre outros fatores, pelo fato do município não ter aderido ao Sistema Nacional de Cultura e, com efeito, implementado o Sistema Municipal de Cultura, além da inexistência de Plano Municipal de Cultura. Somam-se a isso a insuficiência do arcabouço legal e a falta de sistematicidade no fomento à cultura.

No campo da política de preservação do patrimônio cultural, o município dispõe de legislação específica e participa do ICMS Patrimônio Cultural.

O diagnóstico dos espaços culturais possibilitou evidenciar a insuficiência dos mesmos. O município dispõe de uma biblioteca pública, sem espaço próprio, e de um centro cultural, sem programação estruturada e contínua. Salieta-se que duas das prioridades para o desenvolvimento da política cultural no município consistem na construção de um teatro e na estruturação da biblioteca pública municipal.

4.3 Esporte e Lazer

Fernandes Tourinho apresenta frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e lazer, uma vez que o setor não dispõe de Secretaria Municipal exclusiva. Dessa forma, comprova-se que as referidas áreas não se constituem em prioridade do programa do governo municipal.

Por outro lado, o gestor público entrevistado informou haver dotação orçamentária específica destinada aos programas de esporte e lazer, que corresponde a 4% do orçamento total da prefeitura. Segundo dados levantados, porém, o município não participa de nenhum programa promovido pela Secretaria de Estado de Esportes.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância para a organização e melhoria da gestão pública local, encontra-se inativo, impedindo, assim, a participação do município em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira, tais como o ICMS Solidário – Critério Esportivo. O ICMS permitiria, conseqüentemente, um aumento no investimento em atividades esportivas.

Além disso, a inexistência de Fundo Municipal de Esportes e Lazer e de Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive a política esportiva e de lazer, embasam a fragilidade da gestão deste setor.

Entretanto, o representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para Fernandes Tourinho, pois proporciona qualidade de vida e favorece a diminuição do índice de pessoas com problemas psicossociais e físicos. O entrevistado afirma, ainda, que o resultado desse bem estar da população alcança todas as esferas da comunidade. De acordo com o seu entendimento, a prática de futebol e corrida são as maiores potencialidades do esporte no município, embora, segundo ele, falte interesse da administração pública em fomentar tais atividades, o que seria a principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

Continuamente, o entrevistado afirmou que o lazer é importante para o desenvolvimento social e econômico do município, pois proporciona interação entre os membros da comunidade. As festas tradicionais são consideradas as maiores potencialidades observadas para o lazer em Fernandes Tourinho, que, segundo o gestor, não apresenta tantas dificuldades para o seu desenvolvimento, uma vez que a sociedade se organiza autonomamente frente ao poder público.

Ainda de acordo com o gestor público entrevistado, a ação prioritária que pode ser realizada no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer é:

- Incentivo financeiro para a criação de uma escolinha de futebol.

Além disso, para a valorização e fomento de ações locais voltadas para o esporte e o lazer faz-se necessária uma reestruturação das prioridades da política municipal, além de



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



capacitação profissional dos agentes públicos, com o intuito de instruí-los sobre os programas existentes nas esferas estadual e federal. Também destaca-se a demanda por mais investimento, através de programas e projetos que tenham como principal objetivo proporcionar qualidade de vida para a população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 14.

Tabela 14 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 15 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis											
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais											
	Impacto sobre Bens Móveis											
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural											
	Alteração de Costumes Locais											
	Alteração na Agenda Cultural											
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas											
	Alteração do Calendário Esportivo											
	Alteração de atividades de entidades esportivas											
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas											
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte											
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização											
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer											

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 20 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 20 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 21, a seguir:

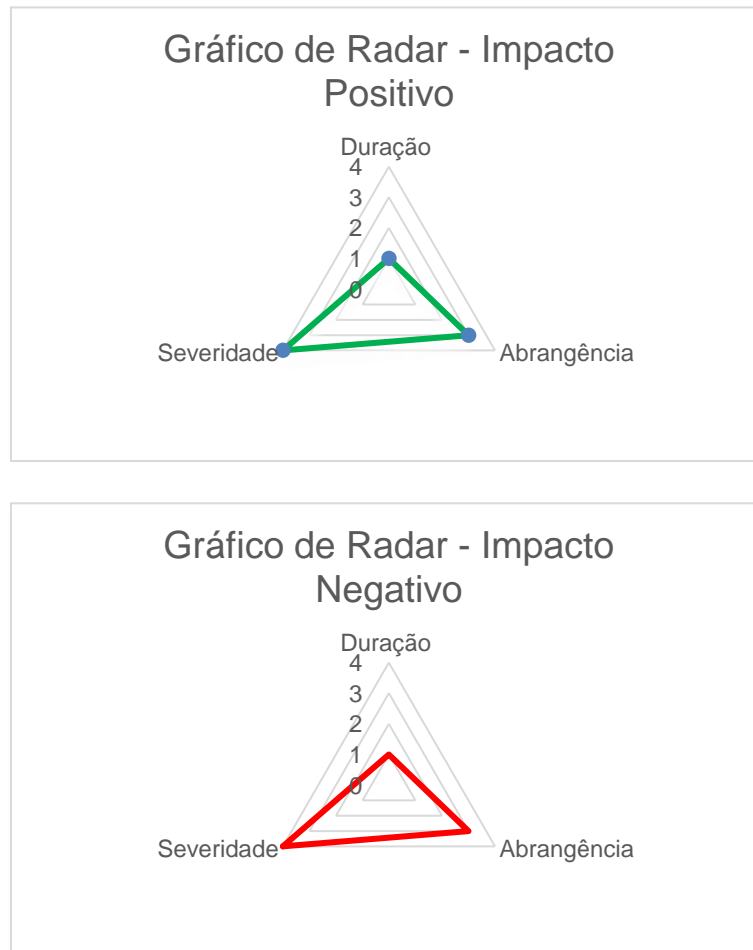


Figura 21 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 22 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

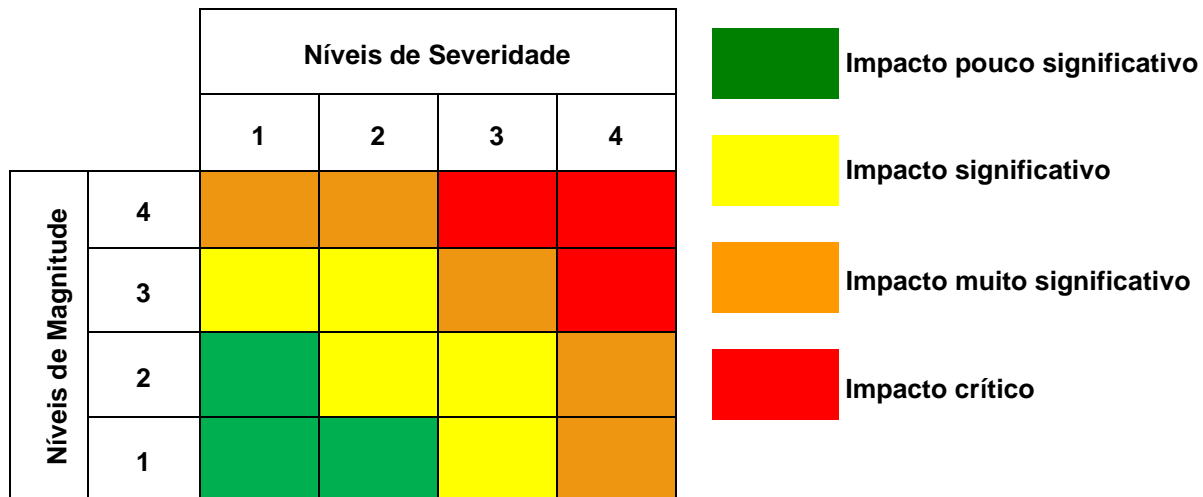


Figura 22 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.



- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.



Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.



Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;



- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;



- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;



- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;



- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

A avaliação dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão sobre o município de Fernandes Tourinho requer considerar a configuração do trajeto do rio Doce no território local. Nesse aspecto, observa-se que a sede municipal de Fernandes Tourinho dista aproximadamente 10km, em linha reta, do Rio Doce. Todavia, em suas imediações existe a comunidade Senhora da Penha, que dada a sua proximidade com o curso d'água, se mostra mais sensível aos potenciais impactos do Evento.

Considerada a configuração socioterritorial da relação do município com o Rio Doce, identificaram-se 4 impactos relativos aos temas do turismo, da cultura, e do esporte e lazer.

5.2.1 Impactos sobre a Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

Diante disso, a presente seção objetiva analisar o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de Fernandes Tourinho. Para tanto, foi realizado um clipping de notícias e um recorte amostral de artigos científicos.

Sendo assim, infere-se que o impacto negativo na imagem do município de Fernandes Tourinho é direto e, a partir da análise das reportagens e da produção acadêmica, pode ser considerado baixo em termos de duração (1) e severidade (1) e abrangência municipal (3).

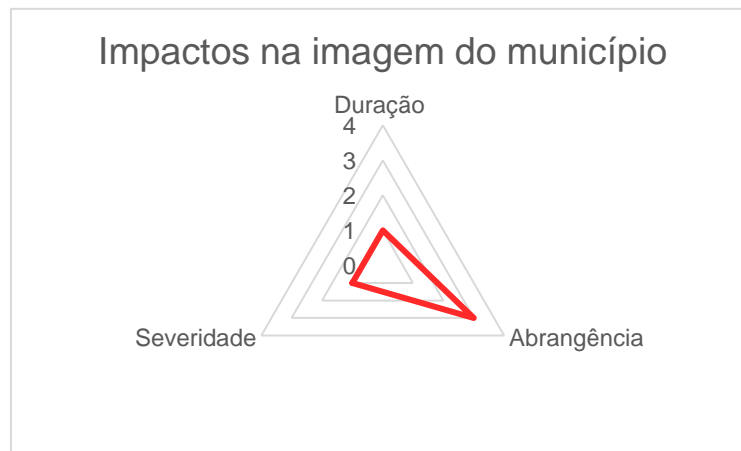


Gráfico 2 Impacto sobre a imagem do município

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Consideradas estas características, este impacto é avaliado como significativo (2).

5.2.2 Impacto em Atividades Turísticas Realizadas nos Cursos D'água

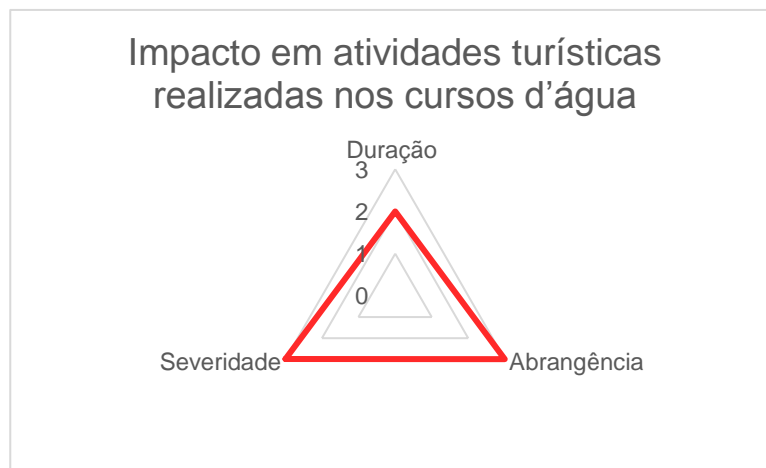
A pesca esportiva era desenvolvida no município e contava com a participação de pessoas de toda a região. Era também considerada uma das principais atividades na comunidade de Senhora da Penha. O Evento causou alterações drásticas na biota aquática, levando à grande mortandade de peixes, além de despejar grande quantidade de resíduos ao longo do rio.

Os moradores e ribeirinhos desta região, entrevistados, relataram que a atividade de pesca cessou completamente após o Evento e que só agora, um ano após o acidente, pouquíssimas pessoas arriscam em retomar a atividade de lazer impactada. Foi informado que o turismo de pesca, aquele exercido por pescadores residentes em outros municípios onde o fluxo girava em torno de 50 pessoas por final de semana na comunidade de Senhora da Penha, não é mais praticado na região.

Com base no que se expôs acima considera-se este impacto como de natureza negativa, diretamente originado do Evento e de longa duração (3), uma vez que a estimativa de

tempo para o restabelecimento da atividade conforme as suas condições originais é superior a cinco anos. Analisa-se ainda que este impacto é de abrangência regional (4), considerando que afeta pescadores da região. A severidade do impacto foi considerada médio-alto (3), tendo em vista que o Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao turismo de pesca, notadamente da pesca esportiva.

Gráfico 3 Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se o impacto em tela como crítico (4).

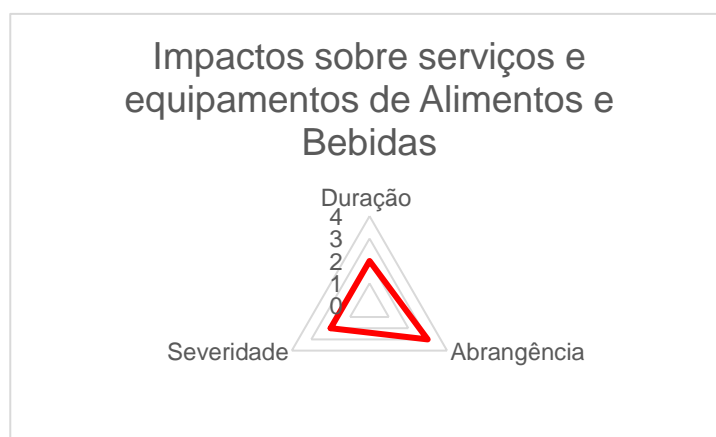
5.2.3 Impactos sobre Serviços e Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Conforme exposto no diagnóstico foram inventariados oito estabelecimentos comerciais do segmento de Alimentos e Bebidas em Fernandes Tourinho. Dentre esses estabelecimentos tem-se: uma Padaria e Confeitaria; uma casa de Caldos e Cia; uma Sorveteria e Lanchonete; um Bar e Lanchonete; um Restaurante, Lanchonete e Pizzaria; um Restaurante; uma Sorveteria; uma Lanchonete e Pizzaria.

Dentre os oito proprietários de estabelecimentos do segmento de Alimentos e Bebidas entrevistados, dois informaram que seus empreendimentos sofreram impacto decorrente do Evento. Ao referenciar os impactos negativos ambos relatam a ausência de pescado para servir em seus estabelecimentos e um deles acrescentou que alguns clientes passaram a ter desconfiança em relação à qualidade dos produtos oferecidos. Um dos efeitos do impacto teria sido sobre a arrecadação dos estabelecimentos, que, segundo um dos empreendedores, teria tido uma queda de 40%. Ainda segundo esse entrevistado, essa redução na arrecadação estaria associada à interdição da pesca amadora e esportiva, que fez diminuir o número de pescadores que frequentavam o estabelecimento. Ambos os empreendedores entrevistados afirmaram ter havido diminuição no número de clientes a qual seria, proporcionalmente, de 10% e 40%, respectivamente.

Este impacto é considerado negativo, indireto, de média duração (2), considerando que a recuperação destas atividades deverá ocorrer em um período de até cinco anos, e de abrangência municipal (3), uma vez que incide sobre os negócios e arrecadação. A severidade do impacto foi considerada como média (2), em função de apenas dois estabelecimentos terem identificado este impacto.

Gráfico 4 Impactos sobre serviços e equipamentos de Alimentos e Bebidas



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Este impacto, dadas suas características é avaliado como significativo (2).

5.2.4 Impactos sobre a Comunidade

Conforme exposto no diagnóstico, a comunidade Nossa Senhora da Penha, localizada às margens do rio Doce, estabeleceu forte relação com o rio, que é para seus moradores lugar de lazer em geral, banho e pesca, além de fonte para o desenvolvimento de atividades financeiras.

Neste contexto, foi identificada uma série de impactos do Evento na comunidade, a saber:

5.2.4.1 Impactos sobre Pesca Amadora

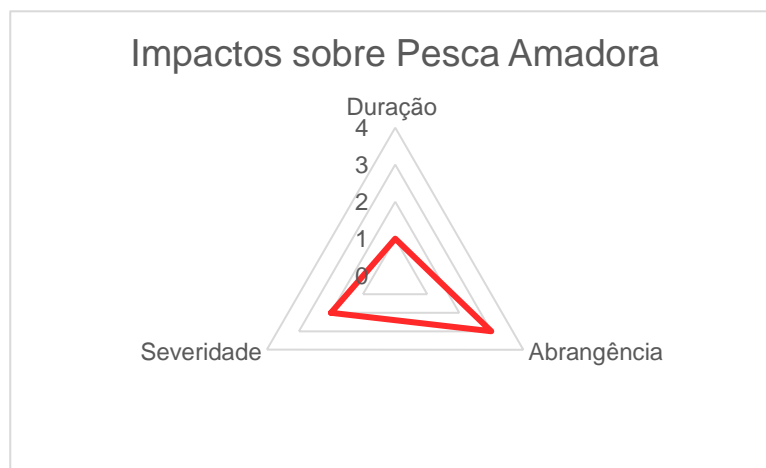
Os levantamentos de dados em campo, por meio de observação direta e entrevistas realizadas com moradores, lideranças e gestores públicos possibilitaram apurar que a pesca amadora se constituía em uma atividade de lazer para a população local e de subsistência para várias famílias residentes em Senhora da Penha.

Todavia, a atividade de pesca amadora e esportiva encontra-se proibida na bacia do Rio Doce em função do rompimento da barragem de Fundão – Portaria IEF nº 78/2016 e, no período em que se realizaram os levantamentos de dados em campo, em função do período de Defeso – Portaria IEF 155/2011

Com base no que se expôs acima considera-se este impacto como de natureza negativa, diretamente originado do Evento e de longa duração (3), uma vez que a estimativa de tempo para o restabelecimento da atividade conforme as suas condições originais é superior a cinco anos. Analisa-se ainda que este impacto é de abrangência municipal (3), considerando que afeta pescadores amadores de todo o município. A severidade do impacto foi considerada alta (4), tendo em vista que o Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer, notadamente a pesca amadora e, para algumas famílias,

a possibilidade de acesso a um recurso para a sua subsistência foi também comprometido de forma relevante.

Gráfico 5 Impactos sobre Pesca Amadora



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se o impacto em tela como crítico (4).

5.2.4.2 Impactos sobre a Paisagem

Com o Evento, a paisagem da comunidade de Senhora da Penha foi impactada, perdendo em grande medida a sua beleza cênica. Localizada às margens do rio Doce (Figura 23), mantinha estreita relação de dependência com o curso d'água. O impacto na paisagem resultou em processos de tristeza nos moradores da comunidade, diante do cenário que eles denominam como “morte” do rio.

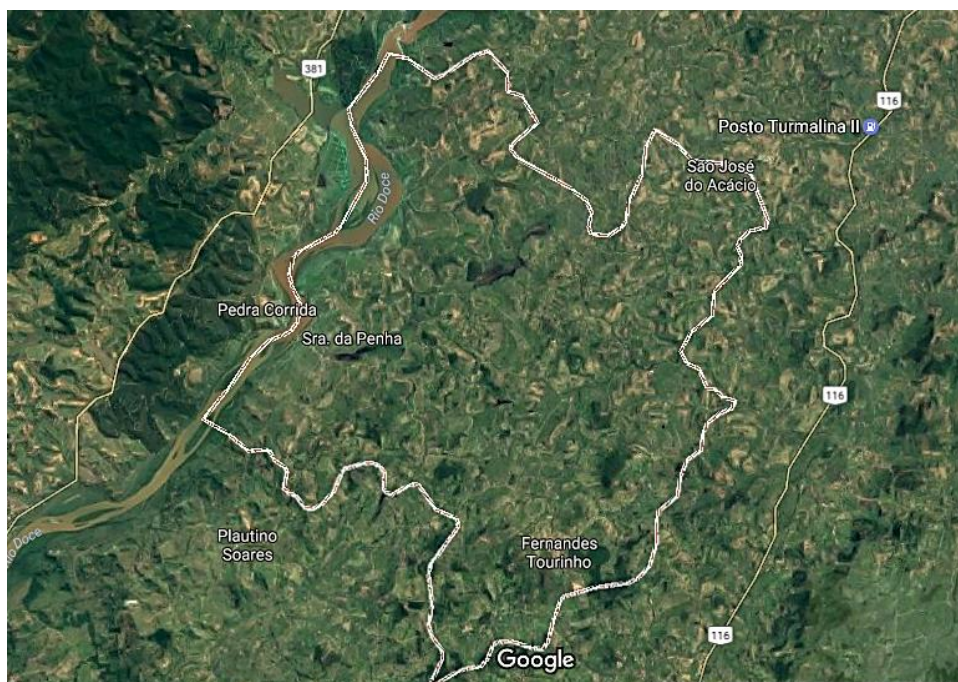
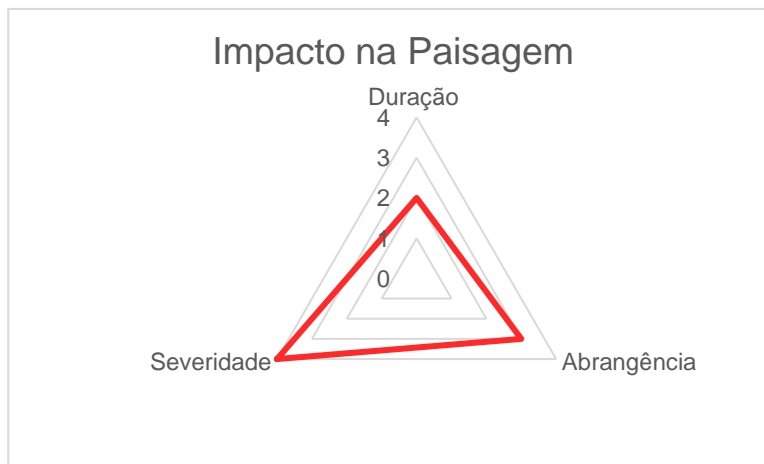


Figura 23 Localização da Comunidade de Senhora da Penha

Fonte: Google Earth

Considerando as características do impacto sobre a paisagem nas imediações da comunidade Senhora da Penha, avalia-se o mesmo como de natureza negativa, originado diretamente do Evento, de abrangência comunitária (2), e de longa duração (3). Avalia-se ainda a sua severidade como alta (4).

Gráfico 6 Impacto sobre a paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se o impacto em tela como muito significativo (3).

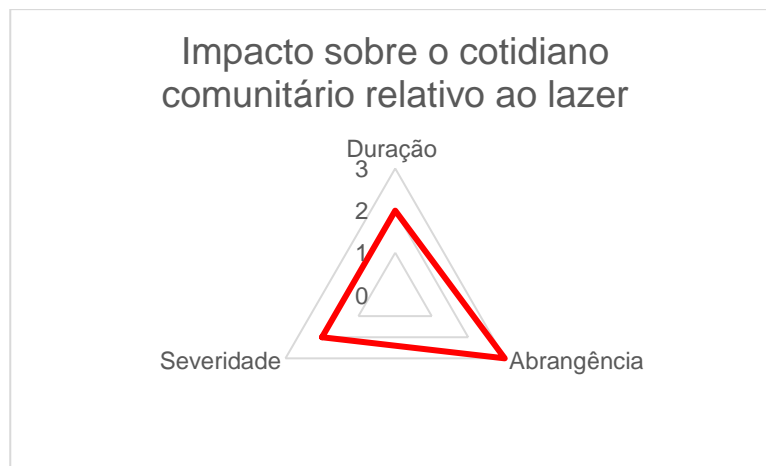
5.2.4.3 Impacto sobre o Cotidiano Comunitário Relativo ao Lazer

Tal como já mencionado, a comunidade de Nossa Senhora da Penha utilizava o Rio Doce para atividades de lazer, tais como banhos de rio, realização de churrascos, além da pesca amadora, já tratada no item anterior. Estas atividades de lazer foram interrompidas em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. Os levantamentos de dados em campo possibilitaram apurar ainda que, além das atividades de lazer diretamente ligadas ao rio, outras atividades esportivas e de lazer foram impactadas, aquelas realizadas na quadra e campo de futebol aí existentes. Embora as estruturas esportivas disponíveis na localidade não tenham sido atingidas, os moradores da comunidade alteraram a sua rotina e deixaram de praticar esporte. Segundo o entrevistado, a quadra e o campo de futebol estão localizados a aproximadamente 500 metros do rio Doce e, embora não tenham sido impactados, fatores de ordem subjetiva e emocional provocaram a alteração comportamental dos moradores. Os entrevistados opinam que as pessoas da

comunidade enfrentam dificuldades de lidar com o ocorrido tão próximo de casa e não vão às proximidades dos rio.

Face ao que se expôs acerca das características do impacto avalia-se o mesmo como de natureza negativa, diretamente decorrente do rompimento da barragem de Fundão, de abrangência comunitária (2) e longa duração (3). Avalia-se ainda que a severidade do impacto em tela como alta (4).

Gráfico 7 Impacto sobre o cotidiano comunitário relativo ao lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as características do impacto em tela em termos de severidade e abrangência avalia-se o mesmo como muito significativo (3).

Tabela 16 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impactos sobre a imagem do município	Reportagens e trabalhos científicos sobre o Evento	IN	ID	1	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de fortalecimento institucional para a gestão das políticas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	3	1	1
Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água	Restrição da pesca esportiva	IN	ID	3	4	3	4	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Requalificação Ambiental Ações de Capacitação e	2	2	2

								Promoção do Turismo			
Impactos sobre serviços e equipamentos de Alimentos e Bebidas	Diminuição de clientela e arrecadação	IN	II	2	3	2	2	Ações de Recuperação da Estrutura Afetada	2	2	2
								Ações de Requalificação Ambiental			
Impactos sobre comunidade	Impactos sobre Pesca Amadora	IN	ID	3	3	4	4	Ações de Requalificação Ambiental	3	1	1
	Impactos sobre a paisagem	IN	ID	3	2	4	3	Ações de Requalificação Ambiental	2	2	2
	Impacto sobre o cotidiano comunitário relativo ao lazer	IN	ID	3	2	4	3	Ações de Requalificação Ambiental Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	3	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 17 Listagem de participantes de reunião institucional em Fernandes Tourinho

Nome	Nome do órgão/setor
Fabio Luiz Ramos da Silva	Esporte
Ernanda Teixeira de Abreu Souza	Secretária de educação
Raimundo Vilas Novas	Pescador

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 18 Equipe técnica

Formação	Função/Cargo	Vínculo	Equipe Participante
Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Maria Fernandes
Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Lucas Roque
Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Jaqueline Vilela Custódio
Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Aline Santos



Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Cláudio Letro
Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Sylvana Pessoa
Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP	Juca Villaschi
Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Ana Pacheco
Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP	Marcos Knupp
Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP	Suzana Fernandes de Paula
Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Lise Costa
Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Sidney Daniel Batista
Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Gabriel Alkmin
Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Raquel Guerra
Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Flávia Said
Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP	Sabrina Almeida
Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental	Paula Boarim



		Pesquisa e Projetos/UFOP	
Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Caroline Chaves
Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Rúbia Meireles
Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Marina Naves
Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Tiago de Jesus Brito
Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Moacir Salles
Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Maria Cecília Pedrosa
Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Laetitia Jourdan
Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Victor Massini
Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Bianca Aparecida Fonseca
Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Sara Christina do Nascimento
Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Shirley Maclane Nunes Brito
Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Bárbara Natali Soares Guimarães
Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Lucas Motta



Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Laura Esther Silva Barbosa
Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Tatiane Carvalho Bispo
Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Mariene Luiza da Rocha
Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Maele Fernanda de Almeida
Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco
Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Douglas André Rinco
Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos	Ronilson Breder
Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP	Verônica Gonzaga Oliveira Gomes
Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP	Jéssica Camila Rocha de Azevedo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA, CADERNOS DE ORIENTAÇÃO PARA OS ESTADOS, 2012. DISPONÍVEL

EM:[HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/DOCUMENTS/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64). ACESSO: 20/01/2017.

BRASIL. 2014. MINISTÉRIO DA CULTURA. SECRETARIA DE POLÍTICAS CULTURAIS. CONSULTA PÚBLICA DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 03.07.2014, CONSULTADO EM 18.11.2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - PLANO NACIONAL DE TURISMO 2003-2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - PLANO NACIONAL DE TURISMO 2007-2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - PLANO NACIONAL DE TURISMO 2013-2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. ESTATÍSTICAS BÁSICAS DO TURISMO. BRASÍLIA, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. PNT – PLANO NACIONAL DO TURISMO. DIRETRIZES, METAS E PROGRAMAS, 2003 – 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – DIRETRIZES POLÍTICAS. 2004.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FERNANDES TOURINHO, SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA, ENDEREÇO: [HTTP://WWW.FERNANDESTOURINHO.MG.GOV.BR/](http://www.fernandestourinho.mg.gov.br/), ACESSO EM 10/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.FJP.MG.GOV.BR/ROBIN-HOOD/INDEX.PHP/LEIROBINHOOD](http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood). ACESSO EM 20/12/2016.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IMRS. 2013.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. FERNANDES TOURINHO [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO. EXERCÍCIO 2017.

MARCELLINO, NELSON CARVALHO (ORG.). POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS DE LAZER: O PAPEL DAS PREFEITURAS. SÃO PAULO: AUTORES ASSOCIADOS, 1996.

MINAS GERAIS, FISCALIZANDO COM O TCE, DISPONÍVEL

EM: [HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/). ACESSO EM 20/12/2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2016

MINC, CADERNOS DE ORIENTAÇÃO PARA OS ESTADOS, 2012. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/DOCUMENTS/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64). ACESSO: 20/01/2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

NOLASCO VP, BITENCOURT V, PAOLI PB, GOMES E, CASTRO M. ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO ESPORTIVA. IN: DA COSTA LP (ORG.) ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL: ATLAS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E LAZER NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: SHAPE, 2005. 760-671P.

PEDST-MG – PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE MINAS GERAIS - DIAGNÓSTICO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 2016.

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IGBE, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas)>. ACESSO EM: 23 NOV. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

TUBINO, M, J, G. DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE. 2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.